

ENTREVISTA*

Ela é a mais importante antropóloga na história dessa área das Ciências Sociais em Sergipe. Graduada em História pela UFS e com Mestrado em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Beatriz Góis Dantas exerceu o magistério no Departamento de Ciências Sociais e no Mestrado em Ciências Sociais da UFS, até aposentar-se recentemente. Pesquisadora incansável, tem publicada uma obra que inclui livros, capítulos de livros artigos em revistas científicas especializadas.

Quem é Beatriz Góis Dantas?

Professora e pesquisadora são certamente os termos mais adequados para identificar quem viveu 29 anos em sala de aula, exercendo o magistério e buscando novos conhecimentos. A prática do ensino levou-me à pesquisa e a associação das duas atividades gerou uma forma de realização profissional e pessoal. Eis porque, como professora aposentada, continuo dando continuidade às minhas pesquisas.

No campo da ação cultural tenho me preocupado com a preservação de patrimônios ameaçados, expressos sob diversos suportes materiais, procurando resguardar-lhes a continuidade para as gerações futuras e inseri-los na corrente da vida.

Em suma, sou uma intelectual que, orientada pela perspectiva da Antropologia, fez do ensino e da pesquisa a sua forma de estar no mundo, buscar entendê-lo e com ele interagir.

* Entrevista gentilmente concedida ao professor Afonso Nascimento em janeiro de 1999. Agradecimentos do editor aos professores Terezinha Oliva e Francisco José Alves na preparação das perguntas à entrevistada.

Sou casada com José Ibarê Costa Dantas, também professor e pesquisador, e esta convivência revelou-se decisiva para meu crescimento na vida intelectual. Sou mãe de dois filhos e avó duas vezes.

Discorra sobre sua experiência como professora

Era ainda aluna da Faculdade Católica de Filosofia, onde graduei-me em Geografia e História, quando tive a minha primeira experiência como professora. Durante um semestre, lecionei Geografia no Colégio Salvador. Anos depois tornei-me professora de Antropologia na Faculdade de Filosofia (1966-1967). Quando surgiu a Universidade Federal de Sergipe, fui incorporada e continuei lecionando várias disciplinas antropológicas até que me aposentei em 1991. Como professora visitante, ainda, ensinei mais quatro anos nos Mestrados de Educação e de Ciências Sociais, dos quais fazia parte desde que foram criados como cursos regulares de especialização na década de 80.

Ao longo desses anos, ensinei disciplinas diversas, muitas delas identificadas apenas por números, outras com denominações indicativas de conteúdo como Introdução à Antropologia, Antropologia Cultural, Etnologia, Etnografia do Brasil, Folclore, Teorias Antropológicas, Antropologia Social etc. Eram destinadas a alunos de diversos cursos das áreas de humanas, mas os estudantes de História formaram o público mais constante dos meus cursos. Convém lembrar que a graduação em Ciências Sociais só se instala na UFS na década de 90, e eu não era mais professora regular do Departamento.

Acompanhei o prestígio que a Antropologia foi ganhando na sociedade no correr dos anos 80 e, através da docência, fui vivendo as mudanças curriculares que ampliavam ou restringiam a clientela em busca da disciplina por interesse ou, simplesmente, para preencher horários e compor currículos com optativas e eletivas. Nas diversas situações, o espaço da sala de aula e o convívio com os alunos sempre me proporcionaram grande satisfação. Exerceram em mim um enorme fascínio, despertando uma força quase mágica que me impulsionava a querer sempre melhorar o programa, ter uma nova bibliografia e material didático adequado, o que me levava a despender muito tempo com preparação de aulas e a investir muito na formação de uma biblioteca particular. Buscar competência e exercer a profissão com responsabilidade implica sempre em esforço, dedicação aos estudos, às vezes até em sacrifícios pessoais, mas fiz tudo isso com muita satisfação, e consegui passar esse entusiasmo para muitos dos meus alunos.

E na pesquisa, como foi sua experiência?

Com a pesquisa não foi muito diferente. Inicialmente foi uma atividade que se impôs pelas exigências do ensino, tentando estabelecer pontes entre o universal e o local, aproximando assim o que se discutia na sala de aula da realidade sergipana. Alguns temas e problemas de pesquisas surgiram de perguntas de alunos para as quais eu não encontrava respostas na bibliografia então disponível. Por exemplo: o que aconteceu com os índios de Sergipe na segunda metade do século XIX? Esta era uma indagação sempre partilhada com meus alunos nas aulas de Etnologia e Etnografia Brasileira. Até 1850 admitia-se oficialmente a existência de cinco aldeamentos de índios na província, mas no final do século afirmavam, as autoridades, que não havia mais índios. Foi tentando encontrar uma resposta para essa questão que, a partir do final da década de 60, dediquei-me com determinação, junto com alunos ou isoladamente, ao levantamento de documentos de interesse para a história dos índios em Sergipe. O Arquivo Público foi o local onde pesquisei mais intensa e demoradamente. Dessa busca resultaram alguns trabalhos já publicados, nos quais o "desaparecimento" dos índios é analisado como um processo de negação de identidades articulado à expropriação de terras indígenas, no bojo de construção da nação concebida como entidade monolítica. Desse interesse inicial pela história dos índios, tema de pesquisa que exploro até hoje, alarguei a investigação para outros campos.

Pesquisa e ensino foram vividos como verso e reverso de uma mesma experiência, mas sempre tive o cuidado de não transformar os cursos em caudatários da investigação que estava realizando no momento. Sempre cumpri os programas. A pesquisa era uma atividade, às vezes realizada solitariamente, às vezes com participação de alunos que nela se encaixavam de diferentes modos: desempenhando uma determinada tarefa curricular, como bolsistas, às vezes remunerados diretamente por mim, ou ainda como auxiliares voluntários, alguns deles trabalhando durante as férias, encantando-se com as descobertas feitas. Eram formas de iniciá-los na pesquisa, mas muitas vezes a atividade se interrompia quando o curso chegava ao final.

Na maior parte do tempo em que vivi como professora da UFS, não havia a estrutura de pesquisa de hoje. Esta vai sendo montada aos poucos. Gradativamente, amplia-se o número de bolsas para estudantes, que cresce sobretudo na década de 90 com os incentivos do CNPq, permitindo trabalho

mais continuado e produtor entre professores e alunos no desenvolvimento da pesquisa, sobretudo através de projetos financiados.

No início, a pesquisa era uma atividade pessoal. Minha carga horária na UFS era de 20 horas semanais de trabalho e dava de 8 a 12 horas em sala de aula. Desenvolvia pesquisa porque gostava, arcando com todas as despesas e sem nenhuma remuneração para tal. Assim, fiz boa parte das pesquisas sobre folclore. Depois a pesquisa passou a ser incluída entre as minhas atribuições funcionais e o meu contrato de trabalho foi ampliado. Reporto-me a essas questões para historicizar um pouco as condições de produção, pois somos levados a ver o passado com os parâmetros do presente. Nesses "tempos heróicos", como nós antropólogos gostamos de rotular momentos inaugurais, pesquisar e iniciar alunos na pesquisa era muito mais difícil do que hoje.

Fale sobre sua formação acadêmica, os autores que a influenciaram....

O curso de Geografia e História da FAFI, como carinhosamente chamávamos a Faculdade Católica de Filosofia, que frequentei entre os anos de 1960 e 1963 - época de intensa agitação política -, agregava uma plêiade de professores cuja formação básica era sobretudo da área de Direito. Daí provinham Gonçalo Rollemberg, Luiz Rabelo Leite, José Silvério Leite Fontes (professores de História) Bonifácio Fortes (Geografia Humana) Cabral Machado (Sociologia). Um médico (Paulo Carvalho) ensinava Antropologia Física, um engenheiro (Fernando Porto) lecionava disciplinas de Geografia Física, o Pe. Luciano Duarte, com Doutorado em Filosofia na Sorbonne, pontificava em Psicologia e Teologia. Começava o curso a incorporar ao seu corpo docente os primeiros ex-alunos, como era o caso de Josefina Leite, professora de Etnologia e Etnografia do Brasil, que me marcou muito. No geral, os nossos mestres não tinham tido formação específica na área de sua docência. Eram autodidatas que, de conformidade com o interesse, capacidade e disponibilidade de cada um, acumularam um conhecimento que repassavam para seus alunos, e alguns deles, à custa de muito estudo, faziam-no com muito preparo e competência. Predominavam as aulas expositivas diligentemente anotadas pelos alunos, constituindo-se o caderno num elemento central nessa relação de ensino aprendizagem. Os mais aplicados não dispensavam os livros para enriquecer as notas de sala de aula. Alguns professores adotavam seminá-

rios, excursões ao campo (geografia e antropologia) como técnicas didáticas, outros exigiam leitura de livros com comentários, o que era mais raro. Na Geografia eram autores mais indicados: De Martonne, na Geografia Física ministrada pelo exigente professor Fernando Porto; Jean Brunhes, Vidal de la Blache, Max Sorre na Geografia Humana ensinada por Bonifácio Fortes. As eruditas aulas de História Geral recheadas também de curiosidades ministradas por Gonçalo Rollemberg Leite, entre nuvens de fumaça de cigarro enquanto passava de um lado para outro, parecendo ignorar a presença dos alunos, prendiam-me a atenção, mas de autores citados lembro apenas de Césaire Cantu e Fustel de Coulanges. É bem possível que utilizasse uma bibliografia francesa consoante com sua erudita formação. Para estudar, além das notas de aula, valia-me do compêndio de Edward Burns. Enfrentei Caio Prado através do Professor Silvério a nos exigir interpretação nos seminários do História do Brasil, num ano tumultuado por greves. Com a mediação do Padre Luciano, que costumava em seus cursos adotar uma determinada obra para discussão, travei conhecimento com Teilhard de Chardin e ouvi falar de Sartre, enquanto sob sua orientação fazia leituras críticas do marxismo com base nos livros de André Piettre e Émile Baas. De Durkheim, Gabriel Tarde e Simmel tomei conhecimento nas aulas de Sociologia, mas não os li enquanto aluna de graduação. Por outro lado, lia muitos livros na área de Antropologia. Desde o compêndio de Antropologia Física do Pe. Bastos, mas sobretudo os autores que trabalhavam a parte cultural da disciplina, como Linton, Lowie, Kroeber, Boas, Birket Smith, Benedict, Herskovits, Malinowsky, com predomínio dos culturalistas americanos. Além dos estrangeiros traduzidos para o espanhol ou português, havia os muitos autores nacionais dentre os quais destacava-se Artur Ramos com sua monumental obra Antropologia Brasileira, livro que, vim a descobrir depois, tinha uma larguíssima penetração nas Faculdades de Filosofia e constituía um roteiro para os cursos de Etnografia do Brasil. As exigências do curso eram muitas e muitos eram os temas trabalhados: arqueologia, índios, negros, imigrantes, folclore, incorporando uma bibliografia muito vasta. Embora tenha procurado me circunscrever mais especificamente à área de minha formação alonguei-me, talvez exageradamente, em lembrar esses fatos porque têm muito a ver com pessoas que passaram pela Faculdade de Filosofia na mesma época, muitas das quais integraram o corpo docente da UFS até recentemente, com destacada atuação nas ciências humanas, e continuam atuando em diferentes setores da vida sergipana. Como diz Antônio Cândido, a certa

altura da vida o falar de si incorpora a experiência de muitos daqueles que, pertencendo a uma mesma geração e julgando-se a princípio tão diferentes, vão ficando tão iguais que se dissolvem nas características gerais da sua época.

Ao deixar a Faculdade tinha internalizado um quadro geral da história do homem, numa perspectiva evolucionista muito centrada na Europa, que me permitia situar os fatos históricos ao longo dessa caminhada, percebendo a relação homem natureza como um feixe de possibilidades mediadas pela cultura. O possibilismo dos geógrafos, o historicismo cultural da escola norte americana, a visão evolucionista da marcha da humanidade influíram na minha formação marcada pela deficiência de uma preparação teórica mais consistente. Mas, é possível que isso tenha me livrado do bitolamento de conhecer apenas uma teoria.

Fale um pouco da sua relação afetivo-intelectual com a professora Josefina Leite.

Foi uma figura inspiradora em minha vida intelectual. Fui sua aluna, inicialmente, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, onde ensinava História Geral no curso científico, e mais tarde na Faculdade Católica de Filosofia onde ela ministrava Etnologia e Etnografia do Brasil em substituição a Felte Bezerra. Também cursei com ela Prática Especial de Ensino. Nessa relação professor-aluno admirava em Josefina Leite a competência e a segurança com que conduzia suas aulas. A postura universitária, sua abertura ao diálogo, a exigência com que cobrava as tarefas acadêmicas, as leituras de diferentes autores, a participação nos seminários, sua inquietação pela busca do conhecimento e sua vontade de pesquisar me marcaram muito. Com ela aprendi a gostar de Antropologia e com ela me iniciei na pesquisa. Suas aulas nos centros de culto afro-brasileiro eram um desafio aos preconceitos dos alunos e, sobretudo, dos pais dos alunos que viam com desconfiança essas visitas feitas aos terreiros ainda muito estigmatizados. Desafiando-os, levou grupos de xangô para se apresentarem na Faculdade Católica de Filosofia. Reuniu depoimentos e dados etnográficos sobre antigos centros de culto afro-sergipanos, que não chegou a publicar. Percebia que o preconceito contra essas formas religiosas era apenas uma forma de manifestação do preconceito contra o negro, tema que se constitui em objeto de suas preocupações, refletidas sistematicamente num ensaio

em que enfoca a significação das diferenças raciais, publicado na Revista da Faculdade de Filosofia em 1961. Nas minhas lembranças persistem as reuniões feitas à tarde, em seu apartamento no Edifício São Carlos, onde tentava montar uma pesquisa sobre relações raciais no comércio de Aracaju, trabalho que não chegou a realizar. Acometida de insidiosa doença que vai paralisando-a aos poucos, passei a admirar em Josefina a determinação com que lutava contra a adversidade, dividindo as aulas na Faculdade com ex-alunos – inicialmente com Alexandre e Diana Diniz e, posteriormente, comigo. Só deixou de dar aula quando sua voz se tornou inaudível para os alunos. Ainda assim continuávamos a “conversar” sobre livros e pesquisas enquanto eu tentava decifrar nos seus lábios o que dizia. Estava em Recife fazendo um pequeno curso sobre Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais, em 1969, quando morreu aquela que foi minha iniciadora na pesquisa e na aventura da Antropologia. Busquei então contatos externos numa tentativa de suprir essa orfandade intelectual, e procurei não desmerecer os ensinamentos da mestra.

Foi então para o mestrado?

Entre a graduação e o mestrado tem um intervalo de tempo tão considerável que não dá simplesmente para fazer a passagem de um para o outro, sem fazer menção a esse percurso, que teve grande importância na minha formação, sobretudo, de pesquisadora. Um esforço quase de autodidata, a partir da curta e insuficiente iniciação. Um espaço de 15 anos ocupado, em sua quase totalidade, por intensa atividade de ensino, pesquisa e participação em congressos que termina influenciando na experiência do mestrado.

Quais os traços mais marcantes desse período?

Assim que me formei, a Geografia foi abandonada de vez, enquanto meu campo de interesse e leitura foi se encaminhando para as obras de carácter histórico e antropológico. Ironicamente, é depois que deixo a Faculdade que começo a ler a coleção de História Geral das Civilizações publicada sob a direção de Maurice Crouzet, reunindo vários autores franceses e editada no Brasil pela Difusão Européia do Livro. Ibarê, com quem me casei em 1964, a adquirira e embarcamos juntos na leitura. Entremeadas com atividades domésticas e cuidados com filho, as leituras vão avançando agregando livros

de literatura e antropologia até que me volto mais para esta última, em face do convite para ensinar na Faculdade de Filosofia. Enquanto Ibarê vai viver sua experiência como aluno de Direito (1965 -1966), eu mergulho profundamente nas leituras de Antropologia. Lia e fichava vorazmente preparando aulas, que escrevia integralmente mas não lia para os alunos. A escrita era só para me organizar. Arrumar o pensamento e a exposição. Retomei as leituras do tempo de estudante, ampliando-as imensamente. A década de 70 é marcada pela aquisição de livros de forma quase compulsiva. Tinha sempre listas enormes de obras a adquirir. Como o campo de interesse era vasto e se publicava muito Antropologia desde a década anterior, a lista era cada vez mais espichada. Por outro lado, o interesse por Sergipe, partilhado também por Ibarê que se voltara para o estudo de História, levava à aquisição de obras esgotadas que buscávamos nos sebos, nos quais costumávamos passar boa parte do tempo de nossas viagens para Salvador, Recife, São Paulo ou Rio de Janeiro. No sebo de Brandão (Salvador e Recife), no São José (RJ) e no sebo do Nabor (Aju) adquirimos grande parte da nossa bibliografia sergipana.

As leituras eram orientadas sobretudo por interesses de aulas e de pesquisa. Uma leitura instigante dessa época foi Florestan Fernandes. A *Organização Social dos Tupinambás* animou-me, sobretudo, pela possibilidade de trabalhar o tema índios a partir de fontes históricas. Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e Roger Bastide foram autores que li com muito proveito.

Outras marcas dessa década foram o deslanche na pesquisa e o intercâmbio com o mundo de fora. Publiquei o meu primeiro livro e alarguei os contatos externos tentando quebrar o isolamento. Com a morte de Josefina Leite ficara sem interlocutores no campo da Antropologia. Busquei-os, inicialmente, entre professores da Bahia e Alagoas: Thales de Azevedo e Theo Brandão, respectivamente, que me incentivaram muito. Passei a freqüentar Congressos da SBPC e da ABA, além de eventos científicos esporádicos, buscando nesse intercâmbio parâmetros de avaliação para o que eu fazia na sala de aula e na pesquisa. Atualizava-me e, ao mesmo tempo, estabelecia novas redes de relações com pessoas da área. É com essa bagagem de alguns trabalhos publicados, produzidos sem orientadores, e de 12 anos de experiência de ensino de Antropologia nos cursos de graduação que vou para o mestrado.

Como foi a experiência do mestrado?

Cursei na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) onde permaneci entre 1978/79. A turma era de jovens graduados egressos de diversos cursos e versados em marxismo e estruturalismo. Por aí se dividiam os interesses dos professores, alguns deles com influência da Antropologia Social inglesa. Marcaram-me particularmente Peter Fry, Antônio Augusto Arantes Neto e Manuela C. da Cunha. Esta fora aluna do Lévi-Strauss, enquanto os outros dois tiveram formação inglesa, estando porém o Arantes, naquele momento, muito interessado em Gramsci, autor que eu discutia também com Ibarê. Conheci novos autores, como Barth, mas foi certamente Marshall Sahlins através do seu livro *Cultura e Razão Prática*, quem deixou influência mais duradoura. Ao longo do curso, Peter Fry foi um interlocutor muito atento ao que eu escrevia e no processo de feitura da dissertação teve um papel destacado. Na UNICAMP absorvo novas influências, redefino alguns rumos, retomo velhos objetos de pesquisa sob nova ótica. O mestrado permitiu a ampliação de horizontes teóricos e de novos contatos que tiveram repercussões na minha obra, dando-lhe maior ressonância externa.

Em que consiste sua obra escrita?

Na verdade o que tenho publicado é muito menos do que tenho escrito. De uns anos para cá amofinei-me em lançar para o grande público o que tenho produzido. Muitos escritos, sobretudo textos apresentados em reuniões científicas, permanecem na gaveta. Apesar de ter me descuidado da divulgação, o que está no mundo compreende livros, capítulos de livros, catálogos e textos de exposições, artigos publicados em revistas especializadas, anais de congressos e em jornais.

A marca da minha obra é a diversidade de temas trabalhados, mas tem um ponto comum que é o fato de circunscrever, preferencialmente, Sergipe como espaço de observação e análise. Pus-me o desafio de produzir trabalhos que, abordando objetos locais, incorporassem em sua feitura procedimentos de pesquisa que lhe garantissem um certo padrão consoante com as regras da academia, sem fazer delas camisa de força. São trabalhos que se concentram no terreno da investigação empírica, apoiados em fontes históricas, trabalhos de campo e ampla bibliografia, incorporando perspectivas teóricas que permitam abordar certas questões específicas. Os estudos sobre folclore, por exemplo, vão ao longo do tempo incorporando influências

de novas leituras e abordagens teóricas diversas. Um traço comum a todos eles é que não me limitei a descrever e documentar simplesmente o fato. Procurei sempre desenvolver algum ponto que permitisse uma reflexão em termos mais analíticos quando não interpretativos. À metodologia de trabalho dos folcloristas, associei preocupações próprias dos antropólogos relacionadas com o contexto histórico e social de ocorrência e o sentido atribuído pelos participantes a essas formas culturais. No estudo sobre a taieira uma preocupação recorrente é a mudança cultural e a dinamicidade dos fatos folclóricos, pois não vejo o folclore como algo cristalizado e fixo.

Outro tema pelo qual enveredei com afinco foi o das religiões afro-brasileiras. Ainda na década de 60, fiz visitas exploratórias a vários terreiros de Aracaju, conduzindo alunos que se iniciavam em observação de campo e outras técnicas com vistas a uma caracterização do segmento afro-sergipano. Muitos anos depois, detive-me em Laranjeiras, estudando por anos a fio um centro de culto de tradição nagô. Fiz uma etnografia muito detalhada, que permanece inédita, verificando que os traços culturais invocados pelos "nagôs puros" de Laranjeiras não são iguais àqueles através dos quais os "nagôs puros" da Bahia afirmam sua vinculação à África. Parti desse achado etnográfico para travar uma discussão com uma vertente interpretativa persistente na tradição dos estudos afro-brasileiros, e analisar a pureza como uma construção social, da qual participam também os estudiosos. Isso tem provocado algumas discordâncias, o que é natural na vida acadêmica, mas convém registrar que este trabalho, inicialmente dissertação de mestrado mais tarde publicado como livro sob o título de *Vovó Nagô Papai Branco*, teve uma aceitação muito grande. É discutido em vários cursos de pós-graduação, tem inspirado muita gente, e teve também avaliações muito positivas. Dos trabalhos que publiquei este é, seguramente, o que conta maior número de referências e citações.

Incursei também pelo artesanato. Ao contrário dos demais objetos de pesquisa aos quais sempre retorno, este ficou circunscrito a um período de tempo bem delimitado - início dos anos 80. Resultou do esforço dos professores de Antropologia de fazer um projeto coletivo e ingressar nos esquemas de busca de financiamento para pesquisa. Não conseguimos financiamento, mas durante dois anos desenvolvemos o trabalho que visava desvendar o processo de produção e comercialização da cerâmica. Publiquei um artigo analisando a divisão do trabalho no interior das unidades de produção doméstica relacionando-a com as questões de gênero; desenvolvi também al-

gumas reflexões sobre a cerâmica xocó e dei por encerrado minha incursão pelo tema, pois os meus antigos objetos de pesquisa me fascinavam e voltei aos rituais populares e aos documentos onde rastreava a presença indígena.

Os estudos sobre índios, que constituem parte significativa da sua obra, em que consistem?

Como o ponto de partida para as pesquisas sobre os índios em Sergipe foi entender o seu "desaparecimento" na segunda metade do século XIX, tomei as aldeias como unidades de estudo, na medida em que elas se constituíam no "locus" privilegiado através do qual se poderia perceber a trama das relações entre os índios e a sociedade mais ampla. Publiquei, em revistas, trabalhos sobre Geru, Água Azeda e Pacatuba, procurando enfatizar, em cada uma delas, questões específicas que a própria documentação permitia abordar. O estudo sobre a antiga missão de São Pedro do Porto da Folha, onde estão sediados os Xocó, foi publicado sob a forma de livro. Como foi escrito também com o objetivo de fundamentar direitos históricos dos índios sobre as terras da antiga aldeia em disputas fundiárias, esta questão é recorrente no livro que, além de estudos, agrega *fac-símile* e a transcrição de documentos dos arquivos (as provas documentais exigidas pelos tribunais). Aliás, a transcrição de documentos foi um recurso metodológico utilizado fartamente em todos os trabalhos sobre as aldeias indígenas. Além de ser um modo de dar a palavra a outros, era também uma forma de divulgar os documentos cujo acesso nem sempre é fácil.

Num capítulo escrito para *Textos para a História de Sergipe*, obra coletiva gerada no Departamento de História, tentei dar uma visão de conjunto sobre a presença indígena no nosso estado. Alargando o horizonte, juntamente com professores da Universidade Federal da Bahia, escrevi "Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico", capítulo do livro *História dos Índios no Brasil*, coordenado por Manuela Carneiro da Cunha.

Mais recentemente, retomei a documentação reunida durante anos nos arquivos, tratando-o não mais como depositário de informações sobre os índios, mas considerando-a agora como o próprio objeto de trabalho, submetendo-a a um tratamento sistemático, de modo a torná-la acessível aos pesquisadores. A publicação desses instrumentos de pesquisa se fez através do Núcleo de História Indígena da USP que, na primeira metade da década de 90, teve atuação destacada como incentivador de projetos análogos em

várias regiões do país, apoiando-os e publicando os resultados como parte de um amplo projeto sobre *Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*, no qual inseri o trabalho desenvolvido já como professora visitante no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da UFS.

Com relação aos índios, publiquei ainda um pequeno trabalho sobre Xocó, dentro de um programa do MEC/SEED objetivando subsidiar professores com textos sobre as populações indígenas. Aliás, essa articulação entre os trabalhos mais acadêmicos e os diferentes segmentos da sociedade é uma preocupação que me acompanha desde muito. Como fazer esse conhecimento que é gerado na Universidade chegar a diferentes públicos quando sabemos que a forma de transmissão através da escrita tem um público muito limitado? Daí a minha insistência em tentar outras formas de transmissão do conhecimento como, por exemplo, as exposições, que incorporam as imagens como linguagem acessível a públicos mais abrangentes.

Qual foi ou é mesmo sua ligação com o grupo de intelectuais de São Paulo (Dallari, Manuela Carneiro da Cunha etc.)

Essa ligação teve início durante o mestrado no qual Manuela Carneiro da Cunha foi minha orientadora oficial da dissertação e interlocutora em vários assuntos. Com o surgimento da questão Xocó, no contexto da abertura política que permitiu a emergência de vários movimentos sociais, inclusive dos índios, falei-lhe sobre a farta documentação encontrada nos arquivos sobre a antiga missão de São Pedro cujas terras estavam em litígio. À época, ela dirigia a Comissão Pró-Índio de São Paulo, uma entidade civil como muitas outras que então surgiam e vieram a ser conhecidas como ONGs. Juntos fomos ao Dalmo Dallari para avaliar os ângulos jurídicos da questão. Ele escreveu um artigo e publicamos *Terra dos Índios Xocó*, que a própria Comissão se encarregou de editar. Politicamente era um momento de luta contra a falsa emancipação que o governo pretendia impor aos índios. Surgiam as organizações indígenas e também as entidades que lhes davam apoio. Em Sergipe, foi criada também uma Comissão Pró-Índio que presidi durante algum tempo, agregando, sobretudo, pessoas ligadas à UFS, trabalhando de forma muito articulada com a de São Paulo na defesa dos direitos dos Xocó.

Além dos interesses comuns que me uniam a Manuela, foram se estreitando os laços de amizade, reforçados por trabalhos acadêmicos através da

participação no GT História Indígena e do Indigenismo da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e no Projeto de História dos Índios no Brasil por ela desenvolvido já na USP, para onde se transferiu. Cria então o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII), desenvolvendo uma série de trabalhos e articulando uma rede de pesquisadores que atuavam em vários estados trabalhando com documentação sobre índios. Através do Núcleo, participei do *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros* coordenado a nível nacional por John Monteiro, enquanto eu coordenei o trabalho em Sergipe e consegui a publicação dos repertórios de documentos que durante muitos anos reunira nos arquivos locais.

Com a aposentadoria de Manuela, hoje radicada na Universidade de Chicago, refluíu o NHII e cessaram os trabalhos comuns, mas a tenho como grande incentivadora e amiga.

Como foi sua experiência no Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico ?

O DCPH era um órgão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, criado e instalado em 1970, ano em que assumi sua direção a convite do Dr. Nestor Piva, Secretário de Educação no governo de Dr. João Andrade Garcez. Minha gestão à frente do órgão durou apenas oito meses, pois fazia parte de uma equipe que assumiria o governo do Estado num mandato tampão, substituindo um governante que se desincompatibilizava para concorrer às eleições. Foi um momento importante não só pela instauração de uma agência específica para cuidar das questões da cultura a nível estadual, mas também no sentido de que o trabalho realizado neste curto período abriu trilhas e deixou marcas profundas. Foi feito o mapeamento da situação dos monumentos tombados pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Sergipe, inclusive o registro fotográfico das imagens de santos localizadas nas igrejas, não só como forma de ter um conhecimento sobre a arquitetura e a iconografia religiosa local, mas também como forma de um controle mais efetivo sobre esse patrimônio frequentemente dilapidado pelo roubo e pelo descaso. Era também a base para pleitear dos órgãos federais uma presença mais atuante em Sergipe, pois, nesse particular, ainda éramos dependentes da Bahia que sediava uma regional do IPHAN com abrangência

sobre nosso estado. Foi iniciado um cadastro das entidades culturais em diferentes áreas de atuação e a uma coleta de material folclórico. Esta última, uma atividade que teve continuidade com os meus sucessores, gerando, posteriormente, publicações. Mas o trabalho do qual guardo recordações mais fortes, talvez por ter sido o mais desafiador, foi a reorganização do Arquivo Público Estadual (APES), dotando-o de uma estrutura mínima que permitisse a preservação do acervo e as condições para o exercício da pesquisa. É um trabalho do qual me orgulho, pois acho que não só contribuiu para a preservação do acervo documental de Sergipe mas também para formar uma consciência sobre a importância dos bens culturais. Em suma, à frente do DCPH empenhei-me no sentido de fazer trabalhos de base, de lastreamento de uma ação cultural mais conseqüente com vistas ao futuro.

Como foi feita a recuperação do Arquivo Público Estadual?

No início da década de setenta o APES encontrava-se reduzido a um depósito de papéis velhos, literalmente amontoados no chão, sem as mínimas condições de conservação e preservação. Estava nas dependências da antiga Escola Normal onde hoje se encontra sediado o Centro de Turismo. Lembro-me da perplexidade que se apossou de mim ao "*descobri-lo*", juntamente com Ibarê, em 1969, quando tentávamos fazer pesquisas. O mais intrigante é que, no passado, o Arquivo fora uma instituição cujo acervo havia sido organizado pelas mãos seguras de Epifâneo Dórea, homem a quem Sergipe muito deve pelo seu paciente e invisível trabalho de arranjo e preservação dos documentos em diversas instituições. Devido, porém, a uma mudança intempestiva de sede, regida por políticas que não atentaram para o alto significado do acervo documental, havia seis anos que o Arquivo se encontrava em condições que não atendiam sequer as funções requeridas pela administração pública e, muito menos, às suas finalidades de preservar a documentação e colocá-la ao acesso dos pesquisadores. De modo que, quando recebi o convite para dirigir o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, vislumbrei a possibilidade de reorganizar o APES e aceitei-o com essa condição. O Arquivo fazia parte da estrutura da Secretaria da Justiça, sendo, então, transferido para a Educação. A primeira tarefa foi fazer a mudança do acervo para um local que permitisse o trabalho de reorganização e assegurasse as condições necessárias à conservação, à preservação e à con-

sulta dos documentos. Feito isso, enquanto se tentava dar um mínimo de ordenamento ao material, alguns desafios se colocavam. Como tratar os documentos que estavam altamente danificados? Haveria alguma técnica capaz de recuperar maços de papel compactados pela ação sucessiva da infiltração de água e pelo calor que, anos a fio, atingira uma porção de documentos transformando-os em "paralelepípedos de papel"? Como classificar o acervo, uma vez que não era possível recuperar integralmente a classificação anterior e muito material se acumulava carente de qualquer arranjo? A pedido da Secretaria, o Arquivo Nacional enviou um técnico para orientar os trabalhos. Quando deixei o DCPH, no início de 1971, toda a documentação se encontrava na nova sede sendo organizada e classificada, atividades que vão ter continuidade nos anos subsequentes.

Este trabalho, que permitiu resgatar o Arquivo do abandono a que estava relegado, transformando-o numa instituição onde os acervos documentais colocados sob sua guarda encontraram um tratamento digno, envolveu além de setores do Governo, jornalistas, historiadores, alunos e professores da Universidade Federal de Sergipe.

Qual foi o papel da UFS na reorganização do Arquivo Público?

Embora o processo de reorganização do APES tenha sido deflagrado pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e conduzido pelo corpo de técnicos que foi se formando no próprio Arquivo, o papel da Universidade Federal de Sergipe foi de vital importância. A UFS, recentemente criada, buscava caminhos de pesquisa. No início 1970, José Honório Rodrigues aqui estivera ministrando curso de pesquisa histórica e se espantara com a situação do Arquivo, o que terminou referendando, com sua autoridade de historiador consagrado, a necessidade de um trabalho de base no APES. Este foi realizado pelo DCPH contando com o apoio do Departamento de História, no qual sempre tive muitos interlocutores. Logo de início, alunos integraram-se como bolsistas pagos pelo Estado para efetuar a transferência, limpeza e organização do acervo. Muitos deles tornaram-se depois funcionários do Arquivo, dando continuidade aos trabalhos. A cooperação da UFS se intensificou na medida em que no Departamento de História aumentava a preocupação com a documentação histórica e no APES continuavam os trabalhos de coleta e organização dos acervos. Foi criado, em 1972, o *Programa de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe*, co-

ordenado inicialmente pelo professor José Silvério Leite Fontes - seu idealizador - e efetuado com a participação de vários professores do Departamento e de seus alunos. O APES se torna campo de estágio e a atuação de professores da UFS, com seus estagiários no Arquivo, alonga-se pela década atual. Dessa forma, não é exagero afirmar que a presença da UFS no APES foi marcante na história da instituição nas três últimas décadas. Do mesmo modo, a importância do APES na produção da UFS pode ser avaliada pelos muitos trabalhos de professores e alunos nos quais o Arquivo Público figura como referência constante de pesquisa. A produção no campo da História está muito ligada ao acesso às fontes e, no caso de Sergipe, a partir do início da década de 70, isso foi facilitado com a reorganização do Arquivo Público.

Qual a situação dos arquivos sergipanos?

Uma das funções básicas dos arquivos é conservar e preservar a documentação sob sua guarda. Os arquivos públicos localizados em Aracaju – Arquivo Público Estadual, Arquivo da Cidade de Aracaju e o Arquivo do Judiciário - encontram-se em sedes recentemente reformadas e, ao que parece, as instalações físicas não constituem, no momento, maiores ameaças à documentação. É contudo, motivo de preocupação uma certa inércia que se observa nos arquivos, à exceção talvez do Arquivo do Judiciário. Há um marasmo que nos faz ter saudades do tempo em que os arquivos locais tinham publicações, que seminários eram realizados agregando os técnicos, os historiadores, os estudantes e os interessados para discutir problemas específicos da área. Quase desapareceu do APES e do Arquivo da Cidade aquilo que faz a dinâmica interna do próprio arquivo na sua rotina: o trabalho diário com a documentação, seu arranjo, classificação, restauração, a confecção de instrumentos de pesquisas, enfim, essas atividades que dão vida própria aos arquivos. É triste a penúria em que vive atualmente o Arquivo da Cidade. É inconcebível que o Arquivo Público Estadual não tenha, desde muitos anos, serviços de restauração de documentos. Nem também de reprodução. Desse modo, a inexistência de serviços básicos atenta contra a continuidade da documentação. Na sua quase totalidade, os documentos dos nossos arquivos não foram microfilmados, transcritos ou reproduzidos através de processos mais modernos. São, portanto, exemplar único sem cópia, que uma vez perdido tornará irrecuperáveis as informações nele contidas. É necessário que nas sedes renovadas dos arquivos

renovem-se as práticas de funcionamento interno e de cuidados com a documentação.

Esse é um desafio que se impõe à toda sociedade a fim de assegurar que as futuras gerações possam ter acesso ao que os homens do passado e de hoje construíram e estão construindo, em termos de registros que permitam o estudo de nossa história. Talvez seja o momento da UFS - que na atual gestão voltou-se para a sua própria memória criando seu arquivo - reiniciar a discussão visando a revitalização dos arquivos públicos e a retomada de um trabalho por ela iniciado na década de 70.

Como foi sua passagem pelo Museu da UFS?

O Museu foi um desses projetos que se incorporaram à minha vida como decorrência natural de outras atividades, e do qual nunca consegui me libertar. Envolvi-me tão intensamente com ele que, embora nunca tenha tido vinculação institucional específica, desenvolvi contínuo esforço, tentando vê-lo instalado e funcionando adequadamente. Desde 1980, ao retornar do mestrado, incorporei-me à luta coletiva dos professores de Antropologia para instalar o Museu que havia sido criado na UFS em 1978. A própria pesquisa de campo nos põe constantemente em contato com patrimônios culturais cujo registro e documentação fazem parte do próprio processo de pesquisa. Assim, foram sendo acumulados, no que é hoje conhecido como Departamento de Ciências Sociais, um acervo científico e cultural variado constituído de peças arqueológicas, peças do artesanato rural e urbano, fitas magnéticas, fotografias, filmes e vídeos de eventos diversos cuja destinação natural seria um museu, espaço capaz de abrigar e preservar os acervos materiais resultantes da pesquisas e dar-lhe destinação acoplada ao ensino e à extensão que, a meu ver, é o espaço a ser explorado pelos museus universitários.

Como resultado da pesquisa sobre artesanato, realizada pelos professores de Antropologia, Hélia Barreto, Luiz Alberto Santos, Fernando Lins de Carvalho e eu, conseguimos abrir a Sala de Cultura Popular. Com sede no CULTART, funcionou de 1983 a 1988, como embrião do museu, sob a direção da professora Hélia. Com seu fechamento, buscando ampliar nossa base de apoio, associamo-nos ao pessoal do Departamento de Biologia, depois aos professores de História e, sob orientação da Dra. Maria Cristina de Oliveira Bruno, museóloga da USP, partimos para a idéia de unificar as várias demandas em torno de museu, viabilizando-as através do Núcleo Museológico da UFS. Este

também esbarrou na falta de apoio dos dirigentes e na indefinição de uma sede adequada, deslocando-se de uma bucólica sala no CCBS, no Campus, para os labirintos do extinto Hotel Pálace. Por fim, em 1996, foi inaugurado na Praça Camerino, agora com o nome de Museu do Homem Sergipano com uma exposição de longa duração que mostra a formação de Sergipe, montada a partir das pesquisas realizadas por professores de diversos Departamentos da UFS, como Ciências Sociais, História e Geografia.

Com presença mais forte em uns momentos, atuando de forma mais discreta em outros, ao longo desse processo contribuí incorporando-me às muitas discussões, realizadas em diferentes instâncias, sobre a filosofia, a estrutura e o funcionamento do museu, na articulação de contatos tentando viabilizá-lo e na montagem de quase duas dezenas de exposições sobre temas diversos nas quais me envolvi diretamente. Desde o início da década de 80, quando se vislumbrou, na exposição, um mecanismo de articulação da UFS com o ensino do primeiro e do segundo graus, quase quarenta exposições foram montadas. Desde então, os estudantes têm sido o público mais freqüente das mostras, que inclusive têm circulado pelas escolas divulgando conhecimentos produzidos na UFS.

Assim é que, mesmo depois de aposentada, continuo lutando pelo funcionamento digno de um museu da UFS em Aracaju, por considerá-lo um espaço privilegiado de articulação da academia com o mundo de fora. Um espaço para mostrar as pesquisas da Universidade e ampliar sua presença na sociedade através de uma ação educativa. Como cidadã, sinto-me co-responsável também pelos destinos do que se produziu e se produz na Universidade, como parte das minhas preocupações com os patrimônios culturais gerados pelos diferentes segmentos da sociedade em diferentes épocas e pelo seu repasse para as gerações futuras. Foi com esta perspectiva que, como membro de uma Comissão nomeada pela Reitoria, incorporei-me às comemorações dos 30 anos da UFS, recentemente realizadas, procurando resgatar e ativar a memória da instituição, mostrando sua trajetória e realizações no seio da sociedade sergipana.

Enquanto antropóloga e historiadora, como caracteriza o ethos cultural sergipano?

Embora sempre tenha estudado aspectos da realidade cultural do nosso estado, nunca me detive a pensar Sergipe como uma unidade global de

investigação no sentido de ter uma abrangência requerida para pensar um ethos sergipano, como o fez, por exemplo, Silvério Fontes em instigante artigo publicado no início da década de 90 e antes dele alguns perscrutadores da sergipanidade. Com alcance mais limitado, meus trabalhos contribuem de uma outra forma para o conhecimento de Sergipe.

OBRAS PUBLICADAS

1.1- LIVROS

1.1.1 **A taieira de Sergipe** - Pesquisa sobre uma dança tradicional do Nordeste. Petrópolis/RJ : Ed. Vozes, 1972. 153 p.

1.1.2 **Terra dos índios Xocó**. (co-autoria Dalmo Dallari) São Paulo, Comissão Pró-Índio : Ed.Parma, 1980. 186 p.

1.1.3 **Vovó nagô e papai branco - Usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro : Graal, 1988. 262 p.

1.1.4 **Repertório de documentos para a história indígena - Arquivo Público Estadual de Sergipe: Coleções Clero e Câmaras Municipais.**[vol. 1], São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1993. 80p.

1.2 - PARTICIPAÇÃO EM OBRAS COLETIVAS

Elaboração de capítulos de livros

1.2.1 **Candomblé, desvendando identidades**. Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.). São Paulo : EMW Ed., 1987.

1.2.2 **O subsistema urbano regional de Crato Juazeiro do Norte**. José Alexandre Felizola Diniz (coord.) Recife : SUDENE, 1989.

1.2.3 **Estudos de folclore em homenagem a Manuel Diégues Júnior**. Bráulio do Nascimento (coord) Rio de Janeiro : Comissão de Folclore; Maceió : Instituto Arnon de Mello, 1991.

1.2.4 **Textos para a história de Sergipe**. Diana Maria de Faro Leal Diniz (coord.) Aracaju : UFS/BANESE, 1991. 294 p.

1.2.5 **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (org). São Paulo/FAPESP/SMC : Companhia das Letras, 1992. 611 p.

1.2.6 **O Negro em Sergipe**. Aracaju : FUNCAJU/CEAV/UFS, 1994. 46p.

1.2.7 **Documentos para a história indígena no Nordeste**. PORTO ALEGRE, Sílvia, MARIZ, Marlene, e DANTAS, Beatriz Góis. São Paulo : NHII/USP/FAPESP, 1995. 269 p.

1.2.8 - **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros**. MONTEIRO, John Manuel (org.) - Acervos das Capitais. São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1995, 496p. (coordenadora estadual do trabalho em Sergipe).

1.3 - OPÚSCULOS

1.3.1 **A taieira.** Caderno de Folclore nº 4, edição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (MEC-FUNARTE). Rio de Janeiro, 1976. 34 p.

1.3.2 **Dança de São Gonçalo.** Caderno de Folclore nº 9, edição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (MEC-FUNARTE). Rio de Janeiro, 1976. 32 p.

1.3.3 **Chegança.** Caderno de Folclore nº 14, edição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (MEC-FUNARTE). Rio de Janeiro, 1976. 40 p.

1.3.4 **Xokó : Grupo indígena de Sergipe.** SEED/NEI. Aracaju, 1997. 45p.

1.4 - ARTIGOS EM REVISTAS

1.4.1 Nota prévia sobre rituais folclóricos numa festa de igreja. Festa de São Benedito na cidade de Laranjeiras. In: **Revista Sergipana de Folclore**, ano I, nº 1, (Edição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, MEC-FUNARTE, Rio de Janeiro), 1976. pp.7-15,.

1.4.2 Índios e brancos em conflito pela posse da terra. Aldeia de Água Azeda - século XIX. In: Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, **Revista de História**, nº LXV.v. II, São Paulo, 1976. pp.421-452.

1.4.3 A organização econômica de um terreiro de Xangô. In: **Religião e Sociedade**, nº 4. Rio de Janeiro, 1979. pp. 181-191.

1.4.4 Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 27. Aracaju, 1965-1978. pp. 63-69.

1.4.5 Repensando a pureza nagô. In: **Religião e Sociedade**, nº 8. São Paulo, 1982. pp. 15-20.

1.4.6 A missão indígena do Geru. In: Programa de Documentação e Pesquisa Histórica, DFH/UFS sd. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 28. Aracaju, 1979-1982. pp.65-87.

1.4.7 De feiticeiros a comunistas: acusações sobre o candomblé. In: **Dédalo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, nº 23. São Paulo, 1984. pp. 97-116.

1.4.8 História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. In: **Revista de Aracaju**, nº 8. Aracaju, 1985. pp. 115-123 e **Revista de Antropologia**, vol. 30/31/32. São Paulo, 1987/88/89. pp. 469-479.

1.4.9 A tupimania na historiografia sergipana. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 29. Aracaju, 1983-1987. pp. 39-47.

1.4.10 A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre produtores de cerâmica. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 18-19, nºs. 1-2. Fortaleza, 1987-1988. pp. 157-177.

1.4.11 Parentesco de sangre y herencia de los "santos" en el culto xangó. In: **Revista Montalban**. nº 2. Caracas, 1990. pp. 137-145

1.4.12 Núcleo museológico da UFS. In: **Boletim do CECH-UFS**, nº 9, 1990. Aracaju. pp. 23-28.

1.4.13 "Ritos de Passagem da Cultura Rural Tradicional In: **Encontro Cultural de Laranjeiras - 20 Anos**. Aju, Secretaria de Cultura /FUNDESC, 1994. pp. 283-297.

1.4.14 Projeção e Religiosidade: entre a forma e o significado. In: **Anais XX Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju, Secretaria de Cultura, 1995 pp. 39-51.

1.4.15 A Interdisciplinaridade como processo de trabalho: um estudo de caso envolvendo pesquisa e extensão. In: **Ciências e Museus**, vol. 4 out. 1992 [1996] pp. 67-68.

1.4.16 Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos de Aracaju. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, no 31, 1992 [1997]. pp. 13- 30.

1.4.17 Felte Bezerra, um homem fascinado pela Antropologia. Aracaju, UFS. Tomo 1, jun. 1998, pp. 31-46.

OBS. Não estão relacionados resumos publicados em anais de congressos, apresentações e resenhas de livros, artigos de jornais, catálogos e textos de exposições.